

## **BOLETIM 306**

**Brasília, 6 de março de 2017**

### **EM ALERTA O MOVIMENTO SINDICAL!**

## **Relatório sobre Reforma da Previdência deve ser votado em abril**

A comissão especial que analisa a reforma da Previdência (PEC 287/16) deve discutir e votar na primeira quinzena de abril o parecer que será apresentado pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). Neste mês de março, o colegiado fará dez audiências públicas e um seminário internacional para discutir o modelo previdenciário adotado em outros países.

A informação é do presidente da comissão, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), que avalia como positivos os trabalhos realizados até agora pelo colegiado. Marun afirmou que os parlamentares estão tendo a oportunidade de ouvir todos os lados atingidos pela reforma proposta pelo governo Michel Temer. “Estamos garantindo o contraditório. Tanto que estamos oferecendo a oposição a oportunidade de indicar, a cada audiência pública, participantes. As discussões mesmo sendo acaloradas, não têm sido desrespeitosas”, disse.

**Idade mínima** - Marun disse que algumas mudanças no texto serão inevitáveis. Mas defendeu que os pontos mais importantes sejam mantidos, principalmente a idade mínima para se aposentar. O texto do governo prevê 65 anos para ambos os sexos. “O que é importante ao meu ver



é que as linhas mestras desse projeto sejam mantidas, que são: o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria, mesmo que haja alguma diferenciação entre o homem e a mulher, entre alguma categoria em função de particularidade dela. E a necessária sustentabilidade da Previdência.”

**Capacidade** - O relator da reforma previdenciária disse que o projeto deve ser aperfeiçoado na comissão, mas a direção das mudanças só ficará clara após o encerramento da fase de apresentação de emendas. Maia afirmou ainda que as mudanças discutidas pelos deputados devem levar em conta a capacidade da Previdência de pagar os benefícios previdenciários.

“Cada mudança que é feita tem que ser avaliada do ponto de vista da repercussão no orçamento, saber se podemos pagar. É essa conta que tem que ser feita para cada mudança que se pretende que fazer.”

Após passar pela comissão especial, a reforma da previdência será votada em dois turnos no Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia, disse nesta sexta-feira que vai se empenhar pessoalmente para aprovar a logo a proposta do governo.

*Fonte: Agência Câmara*

## Comissão realiza três audiências nesta semana

A comissão especial da Reforma da Previdência (PEC 287/16) tem três audiências públicas agendadas nesta semana. Nesta terça-feira (7), serão discutidas as aposentadorias de profissionais envolvidos em atividades de risco, como os policiais. Na quarta (8), será a vez dos professores e dos profissionais que atuam em atividades que prejudicam a saúde. Na quinta (9), a discussão será sobre as novas regras de aposentadoria para servidores públicos.

A reforma proposta acaba com as aposentadorias especiais para servidores sujeitos à atividade de risco, como os policiais e bombeiros, bem como para os professores de ensino infantil, fundamental e médio, tanto do serviço público quanto privado. Essas categorias hoje têm direito à aposentadoria após 30 anos de contribuição, para homens, e 25 anos de contribuição, para mulheres, sem idade mínima.

O governo argumenta que esta mudança é fundamental para estados e municípios. Para estes governos, a carreira do magistério representaria cerca de 20 a 30% do quadro de pessoal, sendo que quase 90% são mulheres.

Também para as aposentadorias especiais, a reforma estabelece uma regra de transição para homens com 50 anos ou mais e mulheres com 45 anos ou mais.

**Agenda** - Na terça-feira a reunião será realizada às 14 horas, no plenário 1. Na quarta, o debate começa também às 14 horas, no plenário 2. Na quinta-feira, a audiência pública será às 9h30, no plenário 2.

*Fonte: Agência Câmara*



## Maia afirma que vai se empenhar pessoalmente para aprovar reforma e tercerização

Após encontro com o ministro da Fazenda Henrique Meirelles e o secretário da Previdência Marcelo Caetano, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (**foto**) afirmou que vai se empenhar pessoalmente para aprovar a reforma da previdência. "É a votação mais importante que o Brasil terá este ano e dos últimos anos, que é reformar a Previdência e reorganizar o equilíbrio das contas públicas. Isso é fundamental para que a gente possa tirar o Brasil da crise da forma mais rápida, voltar a crescer e gerar emprego", defendeu.

O presidente afirmou que o encontro com Meirelles e Caetano serviu para discutir ponto a ponto o que mais tem gerado polêmica na proposta do Executivo: a idade mínima, de 65 anos para homens e mulheres; as regras de transição para quem está próximo de se aposentar; as alterações nas regras do Benefício das Prestações Continuadas (BPC); e a



contribuição previdenciária do trabalhador rural. Para Maia, todos os pontos polêmicos do governo são defensáveis.

**Terceirização** - O presidente da Câmara Rodrigo Maia defendeu ainda a aprovação do projeto do Senado que regulamenta a terceirização e permite que as empresas possam terceirizar qualquer ramo de sua atividade, inclusive a chamada atividade-fim (PL 4302/98). Maia informou que pretende pautar o projeto ainda este mês no Plenário da Casa. O texto foi apresentado há 19 anos, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, e aprovado pela Câmara em 2002.

*Fonte: Agência Câmara*

## Comissão da Reforma Trabalhista ouvirá sindicatos, empregadores e Justiça do Trabalho

A Comissão Especial da Reforma Trabalhista receberá os presidentes das seis principais centrais sindicais - CTB, CSB, Força Sindical, CUT, UGT e NCST - na terça-feira (7) e os dirigentes das maiores confederações patronais - CNA, CNC, CNI, CNT, CNS e Febraban - na quarta-feira (8).

Para o relator na comissão, deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, essas audiências serão importantes para ouvir os principais impactados pelas mudanças que o Executivo quer implantar.

"Acho que quem tem a possibilidade de nos municiar com subsídios, com argumentos, com contribuições que, certamente, vão aperfeiçoar o projeto e vão esclarecer e melhorar o debate são aqueles diretamente envolvidos no processo permanente de negociação, de ajuste. E representando as duas partes que são os trabalhadores e os empregadores".

A maior parte das centrais participou do anúncio oficial no Palácio do Planalto, em dezembro de 2016.

Os representantes dos empresários falarão à comissão na quarta-feira (8) à tarde. Entre as entidades convidadas, estão as confederações nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, além da Federação Brasileira de Bancos, a Febraban.

Na quinta-feira (9) pela manhã (9h), a comissão ouvirá outros seis convidados para falar sobre o direito do trabalho urbano. Virão representantes da Justiça do Trabalho, de advogados trabalhistas, do setor universitário e da indústria de máquinas e equipamentos.

**Reforma mais ampla** - Rogério Marinho afirmou que poderá ampliar a abrangência do projeto em seu relatório. Segundo ele, dois pontos devem entrar: o fim do chamado imposto sindical e a redução de processos na Justiça do Trabalho.

Na última reunião do colegiado, o presidente, deputado Daniel Vilela, do PMDB goiano, afirmou que haverá 16 audiências públicas de terças a quintas-feiras antes da apresentação do relatório de Marinho.

*Fonte: Agência Câmara*



## **ENQUANTO ISSO O DESEMPREGO CONTINUA CRESCENDO ...**

### **País inicia ano fechando 40,8 mil empregos formais**

Pelo 22º mês seguido, mais pessoas foram demitidas do que contratadas com carteira assinada. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado sexta-feira (3) pelo Ministério do Trabalho, o país fechou 40.864 postos formais de trabalho em janeiro. O número leva em conta a diferença entre admissões e demissões.

A última vez em que o Caged registrou saldo positivo foi em março de 2015, quando 19,2 mil vagas haviam sido criadas. Apesar do desempenho negativo em janeiro, o saldo foi melhor que no mesmo mês de 2015 e 2016, quando haviam sido extintas 99.694 e 81.744 vagas, respectivamente.

Nos 12 meses encerrados em janeiro, o país acumula o fechamento de 1,28 milhão de postos formais de trabalho. Em 2016, o país extinguiu 1,32 milhão de vagas com carteira assinada, com pequena melhora em relação a 2015, quando 1,54 milhão de empregos haviam sido extintos.

**Comércio lidera demissões** - Na divisão por setores da economia, o comércio foi o que mais demitiu em janeiro, com 60.075 vagas encerradas. Na sequência, os setores de serviços, com 9.525 postos extintos, e a construção civil, com 775 empregos a menos. A indústria extrativa mineral fechou 59 vagas em janeiro.

Os números, no entanto, apontam sinais de recuperação do emprego em outros setores. A

indústria de transformação, que vinha demitindo nos últimos anos, abriu 17.501 vagas em janeiro. A agricultura gerou 10.663 postos de trabalho. Na administração pública, as contratações superaram as demissões em 671 empregos.

**Nordeste** - Na comparação por regiões, o Nordeste liderou as demissões, com extinção de 40.803 postos de trabalho em janeiro. Em seguida, vêm as regiões Sudeste (-30.388 vagas) e Norte (-6.835). O Sul liderou a criação de empregos, com 24.391 vagas abertas, seguido pelo Centro-Oeste, com 12.771 novos postos formais.

De acordo com o Caged, nove estados fecharam janeiro com criação de empregos. O destaque foi Santa Catarina, com aumento de 11.284 vagas formais, principalmente nos setores de indústria da transformação, serviços e construção civil.

Em seguida, Mato Grosso, com acréscimo de 10.010 vagas, que se concentraram na agropecuária e nos serviços. Os estados que mais fecharam postos formais de trabalho foram o Rio de Janeiro (-26.472) e Pernambuco (-13.910).

*Fonte: Agência Brasil*

### **Saque das contas inativas do FGTS começa na sexta**

O dinheiro das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser sacado a partir da próxima sexta-feira (10) por mais de 4,8 milhões de trabalhadores brasileiros.

O prazo vai até 7 de abril para os que nasceram nos meses de janeiro e fevereiro.

*Fonte: Portal EBC*



## Fracionamento de férias do trabalhador deve ser analisado no Senado

Um projeto que permite ao trabalhador fracionar o tempo de férias está na pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. Pelo texto do PLS 411/2016, independentemente de acordo trabalhista, as férias poderão ser fatiadas em até duas vezes, com um dos períodos observando o mínimo de 14 dias, ou em até três vezes, por meio de acordo.

A CLT determina que o prestador de serviço tire apenas um período de férias, depois de um ano de trabalho. Hoje, o fatiamento das férias pode ser realizado apenas em casos excepcionais, mediante acordo escrito, individual ou coletivo, e os dias de folga podem ser fracionados em até três vezes.

A proposta do senador Deca (PSDB-PB) acrescenta um artigo à CLT para regulamentar o fracionamento de férias, abrindo a possibilidade de negociação coletiva em outras hipóteses não previstas na legislação.

O atual texto da CLT proíbe o parcelamento de férias dos empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos de idade. O projeto suprime esta exigência por entender que o melhor juízo da divisão dos períodos é, nesses casos, do próprio interessado, o empregado.

*Fonte: Agência Senado*

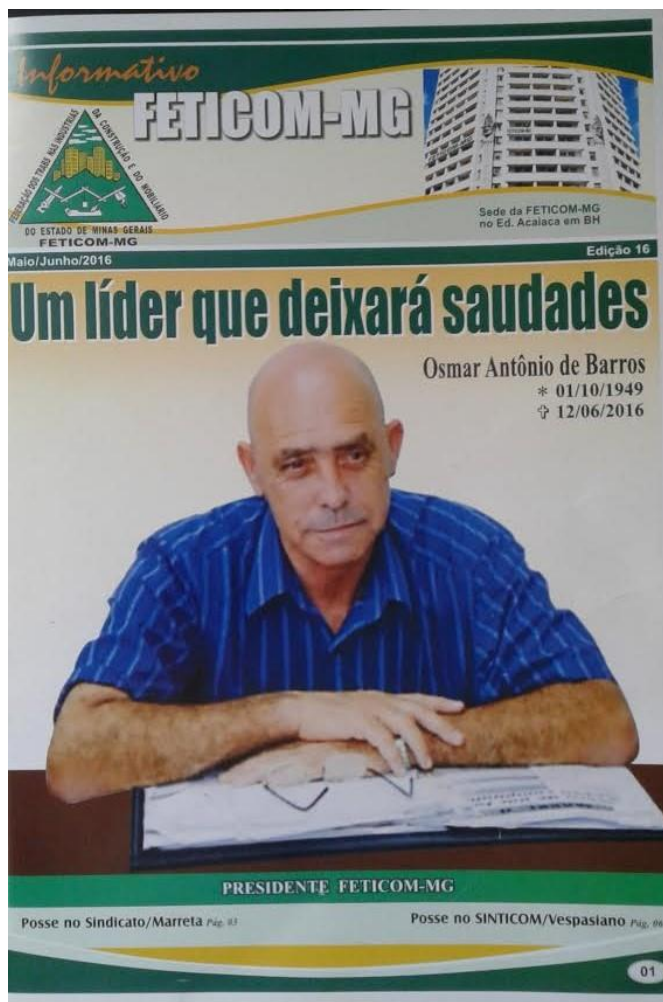
## Projeto garante emprego por um ano após auxílio-doença por câncer

O trabalhador segurado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) poderá ter garantida sua permanência no emprego por pelo menos um ano após o fim do período de auxílio-doença. Começou a tramitar no Senado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 14/2017, que prevê o benefício às pessoas que lutam contra o câncer. O projeto aguarda o recebimento de emendas e a designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), o projeto altera a Lei 8.213/1991. De acordo com o autor do projeto, a Constituição tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, o que “impõe ao Estado a tarefa de garantir um patamar civilizatório mínimo de direitos a todos aqueles que se encontrem sob a soberania do nosso país, brasileiros ou estrangeiros”.

O projeto também garante o benefício mesmo que a doença tenha se iniciado antes da filiação do empregado ao RGPS. Caso seja aprovada na CAS, a matéria seguirá para o Plenário.

*Fonte: Agência Senado*



## FETICOM-MG e CONTRICOM prestam homenagem à memória de Osmar Antônio de Barros

Recentemente, tomou posse a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Minas Gerais – FETICOM/MG, ocasião em que os

integrantes da diretoria empossada, sob a presidência do companheiro Wilson Geraldo Sales da Silva, e o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, presente ao evento, prestaram uma homenagem ao ex-presidente da entidade, **Osmar Antônio de Barros (foto)**, falecido no mês de junho do ano passado.

Todos fizeram questão de lembrar a luta incansável de Osmar como liderança sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores, não apenas de sua categoria, mas também de todos os que vivem do trabalho.

Segundo Mazinho, “Osmar deixou um grande exemplo, que, agora, está servindo de estímulo à luta de todos os companheiros que com muita dedicação e competência dirigem a FETICOM de Minas Gerais, uma importante entidade filiada à CONTRICOM”.

Após o falecimento de Osmar, a FETICOM-MG publicou uma revista **(foto)** lembrando da sua trajetória desde a década de 70 no momento sindical, quando registrado que “a categoria dos trabalhadores da construção civil e do mobiliário do Estado de Minas Gerais agradece e sente-se honrada pelos valiosos ensinamentos e pelo prazer de sua convivência. Osmar, temos a certeza de que a sua luz e o seu conhecimento nos guiarão para sempre!”

*Fonte: FETICOM-MG/CONTRICOM*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**